

QUESTÃO 02:

Jack Dawkins e *Charley Bates* são acusados de serem batedores de carteira e por isso são denunciados pela prática de furto, em coautoria com um terceiro agente até então desconhecido. Durante a instrução, a vítima *Brownlow* narrou que, apesar de não identificar os autores, ele havia sido ameaçado por eles quando lhe subtraíram a carteira. Reiterados os termos da denúncia e feitas as alegações finais da defesa, a juíza sentenciante acabou condenando-os por roubo. Em sede de apelação, contudo, o tribunal reverteu a decisão e entendeu haver prova de que o fato não aconteceu. Transitada em julgado essa decisão final, a Polícia investiga *Oliver Twist*, chegando a conclusão de que ele era aquele terceiro autor anteriormente desconhecido. Com base no inquérito, o MP oferece denúncia contra *Oliver Twist* por roubo, e a ação acaba sendo julgada procedente. A Polícia também descobriu que *Bill Sikes* matou *Nancy*, sua ex-namorada e irmã de *Oliver*. Desolado, *Oliver* ingressou com ação de indenização por danos morais contra *Bill*. *Bill* acabou sendo absolvido pelo Júri, em decisão transitada em julgado, que acatou a tese defensiva de legítima defesa putativa, mas, mesmo assim, foi condenado, no cível, a pagar a indenização a *Oliver*.

APONTE, COM BASE NA DOUTRINA, NA JURISPRUDÊNCIA E NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EVENTUAIS ERROS NA QUESTÃO.

GABARITO:

Erro 1: errou a magistrada ao condenar os réus pela prática de roubo, pois a acusação havia pedido apenas a condenação pelo crime de furto. O *decisum* viola a regra da correlação entre acusação e sentença. Nos termos do art. 384 do CPP, se fosse o caso, a juíza deveria intimar o MP para que se manifestasse sobre eventual aditamento da denúncia. (0,2)

Erro 2: errou o MP por oferecer denúncia contra *Oliver Twist*, bem como o juiz por julgar a ação procedente e condená-lo. Em vista do trânsito em julgado da decisão que declarou que o fato não existiu, é formada a coisa julgada penal material, impedindo que *Oliver* seja processado e condenado por aquele fato. (0,2)

Erro 3: errou o juiz cível por condenar *Bill* a pagar indenização a *Oliver Twist*, pois, conforme o art. 65 do CPP, a sentença penal que reconhece excludente de ilicitude faz coisa julgada no cível. Por isso, a ação de indenização deveria ter sido julgada improcedente. (0,1)